

Quem são os inadimplentes do Programa Minha Casa Minha Vida? Analisando a associação da inadimplência com variáveis socioeconômicas e de gerenciamento financeiro

Resumo

O estudo objetiva verificar as razões do alto nível da inadimplência na Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida, fazer um retrato dos inadimplentes e analisar a associação entre a inadimplência e variáveis socioeconômicas e de gerenciamento financeiro. A partir de entrevistas com 155 beneficiários verificou-se que os principais motivos são o uso do dinheiro em despesas inesperadas e atraso do boleto. Solteiros, com até 41 anos, com dependentes, dívidas em atraso, que gastam mais do que ganham, que não conseguem pagar todas as despesas e com o nome ligado ao cadastro negativo tem maior associação com a inadimplência.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos tem sido reconhecido o fato de que moradia é uma necessidade básica de todo ser humano, e faz de cada família, independente da renda, uma demandante em potencial do bem habitação. Diante disso, esquemas de financiamento habitacionais de longo prazo aos indivíduos de baixa renda ajudam a diminuir o déficit de habitação e melhoram a vida da população (RAMOS; NOIA, 2016). Nesse sentido, em 2009 foi implantado o Programa Minha Casa Minha Vida, com os objetivos de atender às necessidades de moradia da população com diferentes níveis de renda; gerar empregos através de novos investimentos na construção civil; combater o déficit habitacional; impulsionar a economia e proporcionar oportunidades de desenvolvimento para o país (CEF, 2015a).

Contudo, apesar dos altos subsídios do governo para as famílias com menor renda, é necessário o pagamento das prestações da casa adquirida por um longo período de tempo, correndo o risco de perder o imóvel, caso não sejam pagas as prestações em dia. Para as famílias pertencentes a Faixa 1 do Programa (renda mensal de até R\$ 1.600,00 por família) a parcela do financiamento é de apenas 5% da renda mensal, porém, devido a restrição orçamentária, pode se tornar alta quando acrescentadas a outras despesas.

Em relação aos níveis de inadimplência do Programa Minha Casa Minha Vida, na Faixa 1, o atraso verificado no pagamento das mensalidades encontrava-se em junho de 2015 em 22%. Dessa forma, muitas famílias de baixa renda, que tiveram acesso ao financiamento da casa própria, encontram grandes dificuldades para o pagamento das prestações e acabam em situação de inadimplência. Tratando-se dos fatores que expliquem esse aumento do endividamento e inadimplência dos indivíduos, ressalta-se a falta de planejamento e controle dos gastos (SANTOS; SILVA, 2014), como também o desemprego e a inexistência de uma reserva para incidentes e imprevistos, fazendo com as famílias na hora de pagarem suas dívidas não tenham os recursos necessários para quitá-las (ZERRENNER, 2007).

Diante dessa situação, o trabalho tem como objetivo apresentar um retrato dos inadimplentes do Programa Minha Casa Minha Vida. Como objetivos específicos busca-se: i) analisar as principais razões do alto nível de inadimplência, as práticas de gerenciamento financeiro utilizadas, bem como a percepção da atitude ao endividamento;

ii) identificar as possíveis diferenças entre os inadimplentes e adimplentes do PMCMV segundo variáveis socioeconômicas, de gerenciamento financeiro e atitude ao endividamento e iii) analisar o grau de associação entre a inadimplência no PMCMV e variáveis socioeconômicas e de gerenciamento financeiro.

Como inovação do trabalho tem o fato de tratar sobre finanças desse público específico, o qual teve a possibilidade de adquirir a casa própria e necessita arcar com o pagamento das prestações, e por uma temática até então não estudada, pois os estudos existentes a cerca do PMCMV, discutem questões mais relacionadas aos problemas estruturais de moradia, urbanização e agentes envolvidos (KRAUSE; BALBIM; NETO, 2013; MOURA, 2014; D'AMICO, 2011; RIZEK; AMORE; CAMARGO, 2014); evolução dos Programas habitacionais brasileiros e os aspectos positivos e negativos do PMCMV (RAMOS; NOIA, 2016; CUNHA, 2012; ANDRADE, 2012); impactos econômicos (SHIMIZU, 2010); ou ainda a satisfação dos beneficiários com o Programa (MOREIRA; SILVEIRA, 2015; BRASIL, 2014; CUNHA, 2012).

A pesquisa justifica-se pelos altos níveis de inadimplência observados na Faixa 1 do Programa, chegando a cerca de 22% em 2015, ou seja, muitas famílias estão encontrando dificuldades para quitar a parcela da casa. Diante disso, investigar quais os fatores que podem estar causando esse alto nível de inadimplência, pode contribuir para que os problemas encontrados possam ser discutidos e melhorados ao longo do tempo, visto que o Programa não tem previsão de término e o prazo de financiamento é longo. Além disso, a importância de estudar a atitude ao endividamento se dá pelo fato de que pessoas em situações difusas, com contas atrasadas e indisponibilidade de caixa são mais propensas a diversos problemas, tanto de ordem financeira, quanto psicológica e social (KEESE; SCHMITZ, 2011; PLAGNOL, 2011).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Programa Minha Casa Minha Vida

Em 25 de março de 2009 foi emitida a Medida Provisória nº 459/09, convertida na Lei nº 11.977, que implantava o Programa Minha Casa Minha Vida. Considerado um marco da política habitacional do país, o Programa estabelece parcerias entre o Governo Federal, estados, municípios e iniciativa privada. A sua criação partiu da premissa de que o acesso à moradia regular é condição básica para todos os indivíduos, inclusive os pertencentes a famílias de baixa renda, para que assim possam superar suas vulnerabilidades sociais e alcançar a efetiva inclusão na sociedade brasileira. Contudo, para que isso seja possível, torna-se essencial o acesso ao financiamento habitacional para estas famílias que muitas vezes não têm capacidade de poupança, exigindo condições especiais e subsidiadas pelo governo (SHIMIZU, 2010).

Assim, com o intuito de facilitar o acesso à aquisição da casa própria para indivíduos de diferentes classes de renda, foram criadas três faixas de financiamento com base em valores da renda mensal familiar, as quais proporcionam

diferentes benefícios. A Faixa 1 conta com elevados subsídios para a aquisição de moradia para famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00. A Faixa 2, facilitou o financiamento por meio de subsídios diretos à demanda, e através da redução de taxas de juros, para famílias com renda mensal de até R\$ 3.275,00 e a Faixa 3, criou condições favoráveis de acesso ao imóvel para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 (BRASIL, 2014).

Para a Faixa 1, população alvo do estudo, a indicação e a seleção das famílias são realizadas pelo município ou governo do estado e as famílias não podem possuir imóvel e nem ter recebido anteriormente benefícios de natureza habitacional do Governo Federal. Elas devem estar cadastradas no CadÚnico, Programa social do Governo que mapeia e identifica as famílias de baixa renda. As famílias são selecionadas e validadas pela Caixa, e são comunicadas sobre a data de sorteio das unidades e da assinatura do contrato de compra e venda do imóvel (CEF, 2015b). O prazo de amortização da dívida é fixado em 120 meses, onde o valor bruto da prestação corresponde ao valor do financiamento dividido por 120 e o valor líquido da prestação a ser paga pelos beneficiários corresponde a 5% da renda bruta familiar mensal ou R\$ 25,00, o que for maior, o restante é subsidiado pelo Programa (CEF, 2015a).

Adverte-se que entrou em vigor, em março de 2016 uma nova fase do Programa Minha Vida, onde foram realizadas alterações referentes às Faixas de renda, juros, subsídios e valores das prestações. Foi criada uma nova faixa de renda, a Faixa 1,5, a qual terá subsídio de até R\$ 45 mil de acordo com a localidade e a renda, além de avanços sociais e financeiros em relação às etapas anteriores do Programa. O valor limite de renda da Faixa 1 passou de R\$ 1.600,00 para R\$ 1.800,00 por família. As prestações da Faixa 1 continuarão a ser pagas em 10 anos, sendo que, para as famílias que recebem até R\$ 800, a parcela será de R\$ 80; entre R\$ 800 e R\$ 1.200, o valor corresponderá a 10% da renda; de R\$ 1.200 a R\$ 1.600 pagará 15%; e de R\$ 1.600 a R\$ 1.800, 20% (PORTAL BRASIL, 2015).

Em relação à seleção dos candidatos, o Manual do Programa Minha Casa Minha Vida (CEF, 2015a) indica que os parâmetros de priorização e as condições e procedimentos para a seleção, deve observar os seguintes critérios nacionais: famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e famílias de que façam parte pessoas com deficiência. Cabe salientar que é permitido às mulheres chefes de família firmar contrato de financiamento independente de outorga do cônjuge, além da participação de pessoas com restrição cadastral no Serviço de Proteção ao Crédito SPC e/ou SERASA (CEF, 2015a).

Quanto ao pagamento das prestações, salienta-se que caso não sejam pagas em dia, a Caixa Econômica Federal realiza a cobrança, orientando as famílias sobre a possibilidade de retomada do imóvel caso não as coloque em dia. Porém, antes de qualquer ação mais séria, tem-se o posicionamento de esgotar as providências de orientação e cobranças no nível administrativo. Segundo o Ministério das Cidades, o objetivo do Governo Federal não é retomar os imóveis em casos de inadimplência, mas sim ajudar os beneficiários a superar eventuais dificuldades (SANTIAGO, 2015).

Tratando-se do endividamento e inadimplência no Programa Minha Casa Minha Vida, foco do trabalho, foi relatado pelo Ministério das Cidades (2015), que o atraso no pagamento das mensalidades da Faixa 1 do PMCMV encontrava-se no final do primeiro semestre de 2015 em 22% . Em relação às Faixas 2 e 3, a inadimplência ficou em torno de 2% no mesmo período. Observa-se assim, que cerca de um em cada cinco beneficiários da menor faixa de renda do Programa Minha Casa Minha Vida possui pelo menos uma prestação do imóvel vencida há mais de três meses.

Ao serem avaliados os motivos que levariam a inadimplência na Faixa 1, Brandão (2014) salienta que o valor pago pelas famílias é baixo, assim, devido ao fato da pessoa investir pouco com recursos próprios torna a relação de propriedade menos efetiva. No mesmo sentido, Lauro Gonzales, em reportagem de Cucolo (2015), relata que em um financiamento, quando é cobrada uma prestação com um valor muito inferior a capacidade de pagamento, a pessoa acaba considerando aquela obrigação como menos importante e acaba priorizando o pagamento de outras despesas. Assim, em um momento de aperto da renda, como o que passa o Brasil, o Programa entra na lista de despesas a serem cortadas.

Outro fator relevante, é que ainda não foram retomados imóveis na Faixa 1, por falta de pagamento, já nas Faixas 2 e 3 já foram retomadas mais de cinco mil moradias (CUCOLO, 2015). Dessa forma, as famílias beneficiárias, pertencentes a Faixa 1, não pagam as prestações em dia, pois sabem que não vão perder o imóvel, então acabam não se preocupando tanto com essa obrigação. Diante dessas possíveis causas para o aumento da inadimplência no Programa Minha Casa Minha Vida, Brandão (2014) afirma que as condições acabam sendo "exageradamente favoráveis" para o calote e que falta uma investigação mais precisa das condições financeiras das famílias. Com intuito de melhorar essa situação, a Caixa Econômica Federal, vem estudando maneiras de atuar para diminuir a inadimplência no âmbito do Programa, e sugere que possíveis mudanças podem incluir uma maior rigidez na seleção dos beneficiários, exigência de pagamento de uma entrada para os empréstimos e ações educacionais para que sejam realizados pagamentos em dia (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO, 2016).

2.2 Gerenciamento Financeiro

A administração das finanças das famílias é uma questão fundamental, uma vez que envolve a definição de quais métodos de controle devem ser utilizados, quem tem a responsabilidade pelos pagamentos das despesas e ainda as negociações referentes aos gastos pessoais (BURGOYNE; MORISON, 1997). Budescu e Taylor (2013) evidenciam que estas questões são ainda mais importantes entre famílias mais pobres, pois devido à escassez de recursos, são necessárias mais habilidades no seu uso.

Essas habilidades se referem ao planejamento financeiro, elaboração de orçamentos, planos de poupança, e investimentos estratégicos. É necessário equidade entre receitas e despesas, tendo as famílias que analisar com precisão quais as suas fontes de renda e quais suas prioridades, evitando que gastos supérfluos incorram em detrimento de

despesas com necessidades básicas da família (CAMPARA, 2016). Assim, a gestão financeira parte desde os cuidados com questões domiciliares, como vestuário e alimentação, até aspectos como gestão de caixa, gestão do crédito, acumulação de capital, gestão da aposentadoria e planejamento imobiliário (PORTER; GARMAN, 1993).

A fim de que as famílias utilizem seus recursos de maneira mais sustentável, Braido (2014) destaca os controles financeiros como grandes aliados na busca por uma gestão coerente dos recursos, principalmente na definição da maneira de utilizá-los, tendo como objetivo indicar ou mostrar o melhor momento para resguardar, investir ou acumular. Atenta-se para a importância da economia de dinheiro, onde Canova, Rattazzi e Webley (2005) esclarecem que a prática de poupar refere-se ao comportamento de manter determinado valor residual por motivos de especulação (aproveitar oportunidades futuras), transação (arcar com os compromissos diários) e precaução (evitar problemas em situações de instabilidade), ações que são capazes de subsidiar o equilíbrio financeiro de uma família.

Tratando-se das dificuldades no gerenciamento da renda familiar, têm-se os altos reajustes nos preços de mercadorias em oposição ao reajuste salarial, o que contribui para a dificuldade de controle financeiro, pois o que era comprado com a renda de um ano atrás, não se consegue comprar com a renda atual. Outro fator que se torna um obstáculo para que o dinheiro seja gerido de forma eficiente é a dificuldade dos indivíduos em assumir compromisso para cortar gastos desnecessários, além de muitas vezes as pessoas acreditarem que pequenos gastos não influenciam no orçamento, contudo, eles contribuem de forma significativa para o resultado no final do mês (SILVA *et al.*, 2014). Tem-se ainda a dificuldade de muitos indivíduos, principalmente os de baixa renda, em guardar algum montante financeiro, o que é maximizado pelo fato da renda auferida por essas famílias ser sazonal, fruto da informalidade (RÊGO; PINZANI, 2013).

Entre as ações que podem ser realizadas para um melhor uso do dinheiro, tem-se a gestão de caixa, que é uma importante ferramenta que possibilita o controle das entradas e saídas de dinheiro, facilitando a visualização das reais condições financeiras, estimulando as pessoas a viverem dentro de suas reais condições, administrando seu dinheiro de forma eficiente e eficaz (LEAL; NASCIMENTO, 2012). Destaca-se ainda que gerir os recursos disponíveis de forma consciente propicia uma relação favorável com o cumprimento financeiro das necessidades (PLAGNOL, 2011). Além disso a qualidade das decisões financeiras particulares e o planejamento delas pode influenciar toda a economia, e estão intimamente ligados a problemas como a inadimplência, endividamento familiar e falta de capacidade de planejamento de longo prazo (CENCI; PEREIRA; BARICHELLO, 2015).

2.3 Atitude ao Endividamento

O consumo é um ato social e cultural, e independente do seu objetivo está presente em toda sociedade humana, seja para satisfazer uma necessidade básica ou supérflua. Todavia, devido à busca incessante para satisfazer essas necessidades e desejos, além da facilidade de acesso ao crédito, os indivíduos acabam gastando além dos seus recursos,

surgindo a partir daí situações de endividamento, sobre-endividamento e inadimplência (FRADE *et al.* 2008; GATHERGOOD, 2012).

Conceituando endividamento, Marques e Frade (2004) relatam que é um saldo devedor assumido por determinado indivíduo, gerado a partir da utilização de capital de terceiros e que deve ser quitado em um determinado período já fixado, tornando-se uma responsabilidade financeira. De forma mais aprofundada, Tolotti (2007) propõe a existência de dois tipos de endividamento, o passivo e o ativo. O passivo é imprevisível e ocorre em decorrência de acontecimentos inesperados no transcorrer da vida, como doença, morte, acidente, desemprego ou separação. Já, o endividamento ativo, ocorre a partir de escolhas equivocadas, isto é, um gerenciamento indevido das finanças, independente da renda mensal do indivíduo (TOLOTTI, 2007).

Salienta-se que nem sempre o endividamento é ruim, uma vez que pode ser também encarado como uma estratégia do consumidor num contexto de crescimento econômico, como quando realiza-se um financiamento para ser adquirida uma casa, ou bens materiais de longa duração (MARQUES *et al.*, 2000). Contudo, torna-se um problema quando o indivíduo compromete uma parcela de sua renda superior as suas disponibilidades. Essa condição é denominada sobre-endividamento, conceituada como a incapacidade de quitar as dívidas contraídas (FRADE *et al.*, 2008; MARQUES; FRADE, 2004).

Um caso ainda mais grave de dívida é a inadimplência, onde o indivíduo contrai um montante tão elevado de saldo devedor que ultrapassa suas condições de pagamento e assim os prazos pré-estabelecidos não são cumpridos (OLIVATO; SOUZA, 2007). Quanto as principais causas do endividamento excessivo e inadimplência, evidencia-se a perda de emprego e renda, doença própria e/ou de familiares, morte do responsável pela maior parte da renda familiar, gravidez não programada, separação conjugal; fatos considerados inesperados. Há também, a falta de planejamento financeiro, levando a ocorrências de compras por impulso, excesso de parcelamento de compras e uso de linhas de crédito de forma impulsiva e descontrolada; além de empréstimo do nome, onde um amigo ou familiar retira empréstimo e/ou financiamento em seu nome para terceiros (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014).

Outros fatores que vem sendo elencados como causadores de dívidas das famílias brasileiras são o uso do cartão de crédito, cheque especial ou pré-datado, crédito consignado ou crédito pessoal, carnês, financiamento de carro e financiamento de imóvel (CNC, 2015). As causas do endividamento e inadimplência podem estar ligadas também a fatores macroeconômicos que afetam a economia de modo geral e estão fora do controle das famílias. Entre esses fatores estão a taxa de juros, desemprego, rendimento médio do pessoal ocupado, inflação, volume de vendas do comércio e o índice geral de preços ao consumidor amplo (LINARDI, 2008; SILVA *et al.*, 2012).

Diante dessas situações, no estudo do Banco Central do Brasil (2014) observa-se a importância de estratégias para sair do endividamento, as quais são: controlar o orçamento por meio de planilha financeira; utilizar no máximo um cartão de crédito, cancelando os demais; economizar, poupar dinheiro e ter reserva financeira. Tem ainda a não

utilização de muitas linhas de crédito e nem limites elevados; aceitar propostas de renegociação de dívida apenas se o credor reduzir juros e não parcelar as compras em muitas vezes.

A literatura já existente acerca do tema endividamento traz consigo diversas relações com variáveis socioeconômicas. Em relação ao gênero, têm-se duas concepções distintas: alguns autores evidenciam as mulheres como mais propensas ao endividamento (TRINDADE; RIGHI; VIEIRA, 2012; CARVALHO; ALVES, 2010; VIEIRA *et al.*, 2014) e outros os homens (WANG; LU; MALHOTRA, 2011; MULLER, 2010). Justificando essas relações, Trindade, Righi e Vieira (2012) salientam que as mulheres são mais propensas ao endividamento, pois são mais predispostas a aquisição de carnês e mais vulneráveis a realização de compras com maior frequência. Em relação aos homens, eles costumam utilizar o crédito rotativo com maior frequência do que as mulheres (WANG; LU; MALHOTRA, 2011) e utilizar de forma mais extensiva o cartão de crédito, o empréstimo pessoal, o empréstimo consignado, o limite de cheque e o limite da conta (MULLER, 2010).

No que tange à faixa etária, Ponchio (2006) e Vieira, Flores e Campara (2015) observaram em seus estudos a existência de uma relação negativa entre idade e endividamento, ou seja, os indivíduos mais velhos tendem a possuir menores níveis de endividamento. Ratificando essas evidências, Worthy, Jonkman e Blinn-Pike (2010) destacam que jovens de 18 a 25 anos são mais predispostos a assumir riscos maiores e apresentar menor estabilidade financeira o que pode explicar a maior vulnerabilidade à dívida. Neri (2001) salienta que no início da maturidade e vida profissional, o desejo de consumo é normalmente maior do que a renda obtida, o que resulta em uma demanda muito maior por empréstimos nessa fase da vida.

Ao avaliar a relação entre a variável estado civil e endividamento, Gathergood (2012) e Vieira, Flores e Campara (2015) observaram que os indivíduos solteiros possuem maior propensão ao endividamento e possuem maiores níveis de sobre-endividamento. De encontro a esta perspectiva, Mendes-Da-Silva, Nakamura e Moraes (2012), destacam as pessoas casadas como as mais vulneráveis a estourar o limite do cartão de crédito e a pagar somente uma parcela da fatura elevando o nível da dívida. Vieira *et al.* (2014) ao investigar o endividamento na mesorregião central do Estado do Rio Grande do Sul indicou que mulheres separadas ou viúvas são mais propensas a contrair dívidas, pois muitas vezes precisam arcar com as despesas da casa e cuidados com os filhos.

Quanto a variável número de dependentes, Keese (2012) evidencia que as famílias com maior número de filhos e dependentes, principalmente crianças, contraem maiores níveis de endividamento. Da mesma forma, Silva (2011), Godwin (1990) e Lea, Webley e Walker (1995) destacam que um grande impulsionador dos problemas de altos níveis de endividamento nas famílias é o maior número de filhos em decorrência do aumento de gastos com situações imprevisíveis como doenças.

Em relação à escolaridade, Vieira, Flores e Campara (2015), verificaram que indivíduos com menores níveis de escolaridade (ensino fundamental e ensino médio) possuem maior propensão ao endividamento. Por outro lado,

Miotto (2013) e Lea, Webley e Walker (1995), salientam que os consumidores com um nível de instrução mais elevado têm condições de buscar junto ao mercado financeiro as opções mais viáveis de empréstimos e possuem acesso a oportunidades que possivelmente uma classe menos instruída não teria conhecimento. Assim, quanto maior a instrução, maior a possibilidade de se endividar, dado o conhecimento de opções de crédito (MIOTTO, 2013). Outro fator que pode estar diretamente relacionado a níveis de endividamento diz respeito à renda. Zerrenner (2007), Vieira *et al.* (2014), Vieira, Flores e Campara (2015) e Bricker *et al.* (2012) ao avaliar o endividamento, verificaram que indivíduos de baixa renda (até 3 salários mínimos) apresentavam níveis significativos de endividamento.

4 MÉTODO

A amostra alvo do estudo compreende 155 beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, pertencentes a Faixa 1 (renda mensal familiar de até R\$ 1.600,00), residentes na cidade de Santa Maria-RS, nos Condomínios Videiras, Dom Ivo e Zilda Arns. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado com 4 blocos de questões. No primeiro bloco, foi investigado se o beneficiário tem/já teve ou não o pagamento de prestações do financiamento habitacional atrasadas. No caso de estar com prestações atrasadas ou já ter atrasado em algum momento, foi perguntando o principal motivo.

O segundo bloco de perguntas, denominado gerenciamento financeiro, refere-se à gestão, decisões, práticas e experiências financeiras dos indivíduos. O intuito desses questionamentos foi identificar como é a relação dos beneficiários do PMCMV com os recursos monetários. Para tanto, elencou-se 10 questões, as quais questionam se os beneficiários possuem dívidas, dívidas em atraso, cartão de crédito, carnês de lojas, se estão dentro do orçamento mensal, qual a situação financeira que se encontram, controle dos gastos, se conseguem economizar. Questionou-se também se o indivíduo já teve o nome vinculado a algum cadastro negativo de dívida e se empresta ou já emprestou o nome para alguém realizar uma compra. A estruturação dessas questões se deu a partir da adaptação de modelos já aplicados por Shockey (2002), MDS; SAGI (2014) e Flores (2012).

O terceiro bloco buscou avaliar o nível de atitude ao endividamento dos beneficiários, através da escala desenvolvida originalmente por Lea, Webley e Walker (1995) e validada no Brasil por Moura (2005), composta por nove questões, as quais buscam identificar como os indivíduos se comportam com o uso do dinheiro, como planejam suas aquisições, se acham adequado o consumo a prazo e a probabilidade de executar tarefas que possam torná-los mais propensos ao consumo, sendo a escala utilizada do tipo *likert* de cinco pontos. Nesse sentido, se a pessoa respondesse um, representava ser menos propensa ao endividamento, se marcasse cinco teria uma tendência maior de acumular níveis elevados de dívida. Ressalta-se a existência de questões invertidas, as quais passaram por uma reversão da escala para que ficassem com o mesmo processo interpretativo que as demais alternativas.

Por fim, foram elencadas questões referentes ao perfil dos respondentes, as quais visam caracterizar os indivíduos entrevistados. As variáveis inerentes a esse bloco são: idade, gênero, estado civil, número de dependentes, nível de escolaridade, e qual o total da renda mensal familiar. Para a realização da coleta de dados, foram capacitados 5 pesquisadores que aplicaram o instrumento ao longo dos meses de abril e maio de 2016. Destaca-se ainda, que os questionários foram aplicados face a face com os pesquisados, através de visitas domiciliares. Foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos respondentes, sendo que somente participaram da pesquisa os sujeitos que, após a leitura do termo, concordaram, de forma livre e esclarecida, em responder aos questionamentos.

Para a análise dos dados coletados foram utilizadas estatísticas descritivas e testes de hipóteses de associação entre variáveis, para os quais foi utilizado o *software* SPSS 20.0®. Para a realização das análises, foi criada uma variável binária com valor zero (0) para indivíduos classificados como adimplentes no PMCMV e valor um (1) para indivíduos inadimplentes no PMCMV. As variáveis socioeconômicas selecionadas com base no referencial teórico são: gênero (escala nominal: masculino (0), feminino (1)), estado civil (escala nominal: casado (0), solteiro/viúvo/separado (1)), possui dependentes (escala nominal: não (0), sim (1)), idade (escala ordinal: até 31 anos (1), de 32 a 41 anos (2), de 42 a 55 anos (3), acima de 55 anos (4)), escolaridade (escala ordinal: Nunca estudei, Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, Ensino Fundamental de 5ª a 9ª série e Ensino Médio (1) e Curso Técnico, Faculdade (Ensino Superior), Especialização ou MBA e mestrado/doutorado/ pós-doutorado (2)), renda mensal familiar própria (escala ordinal: até R\$ 980,00 (1), entre R\$ 980,01 e R\$ 1.400,00 (2), entre R\$ 1.400,01 e R\$ 2.000,00 (3) e acima de R\$ 2.000,00 (4)) .

As variáveis relativas ao gerenciamento financeiro são: Dívidas (escala nominal: não possui dívidas (0) , possui dívidas (1)), Dívidas em atraso (escala nominal: não possui dívidas em atraso (0), possui dívidas em atraso (1)), Possuir Cartão de Crédito (escala nominal: não possui cartão de crédito (0), possui cartão de crédito (1)), Possuir Carnê de Credidiário (escala nominal: não possui carnê de credidiário (0), possui carnê de credidiário (1)), Gastos (escala nominal: gasta menos ou igual ao que ganha (0), gasta mais que ganha (1)), Situação do Dinheiro (escala nominal: pagam todas as contas mensais (0), geralmente não conseguem pagar todas as contas mensais (1)), Controle dos Gastos (escala nominal: mantém algum controle sobre os gastos (0), não controla os gastos(1)), Poupança (escala nominal: já fez no passado ou está fazendo(0), nunca fez (1)), Nome ligado ao Cadastro Negativo (escala nominal: nunca teve o nome ligado ao cadastro negativo(0), já teve ou está (1)), Empréstimo do nome (escala nominal: nunca emprestou o nome para alguém realizar alguma compra (0), já emprestou ou está emprestando (1)).

Inicialmente foi realizada uma análise descritiva do percentual de adimplentes e inadimplentes do Programa e descrito o perfil, o gerenciamento financeiro e a atitude ao endividamento dos entrevistados segundo os adimplentes e inadimplentes. Salienta-se que para avaliar a atitude ao endividamento, utilizou-se a metodologia proposta por Moura (2005), a qual propõe dividir as questões em 3 dimensões, onde a primeira refere-se a Moral da Sociedade, a qual está relacionada com a percepção frente a dívida, abordando questões de socialização econômica e aceitação social. A

segunda trata da Preferência no Tempo, a qual pondera aspectos de consumo imediato e ações de poupança para consumo futuro e a terceira, relacionada ao Autocontrole, que relaciona-se com a percepção por parte dos indivíduos de poder pessoal sobre o controle e a direção para resultados. Para cada uma obteve-se a média, e por fim foi apresentada a média geral, para os adimplentes e inadimplentes.

Posteriormente foi analisada a associação entre as variáveis socioeconômicas e de gerenciamento financeiro com a adimplência e inadimplência no PMCMV, para tanto foi construída uma tabela de contingência das variáveis adimplência e inadimplência no PMCMV para cada valor das variáveis explicativas com escala nominal ou ordinal. Além disso, calculou-se a medida de associação Qui-Quadrado de Pearson entre cada par: variável explicativa x adimplência e inadimplência no PMCMV. A hipótese nula do teste é de que as variáveis são independentes e a hipótese alternativa é que existe relação entre as variáveis. Se as diferenças entre os valores observados não são estatisticamente diferentes ($\text{sig} > 0,05$), as variáveis são independentes, caso contrário, rejeita-se a hipótese nula de independência. Contudo, o teste do Qui-Quadrado apenas informa sobre a independência entre as variáveis, mas nada diz sobre o grau de associação existente (PESTANA; GAGEIRO, 2008).

A fim de medir o grau de associação entre as variáveis, foram apresentadas medidas de associação baseadas na estatísticas do Qui-Quadrado, sendo estas: *Fi* e o *V de Cramer*, medidas do grau de associação entre duas variáveis categóricas. O *Fi* é utilizado com tabelas de contingência 2x2 (tabelas em que tem duas variáveis categóricas e cada variável tem somente duas categorias). O *V de Cramer* é mais adequado se uma das duas variáveis categóricas apresenta mais de duas categorias. Já, o coeficiente de contingência é utilizado quando o valor de *Fi* não estiver entre 0 e 1 (FIELD, 2009). As medidas de associação normalmente variam entre zero e um, isto é, desde ausência da relação até a relação perfeita entre as variáveis. Os valores baixos indicam uma pequena associação entre variáveis, enquanto que os valores elevados indicam uma grande associação entre as variáveis (PESTANA; GAGEIRO, 2008).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de coleta de dados foi realizado na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, com os beneficiários da Faixa 1 (Renda Mensal Familiar de até R\$ 1.600,00) do Programa Minha Casa Minha Vida, onde foram coletados 155 instrumentos válidos. Inicialmente, é apresentado na Tabela 1 a estatística descritiva dos adimplentes e inadimplentes no PMCMV, e referente aos inadimplentes, o principal motivo que os levou a atrasar o pagamento das parcelas.

Tabela 01- Percentual de adimplentes e inadimplentes do PMCMV e motivo principal pelo atraso das prestações

Variável	Alternativas	Percentual
Você teve ou tem prestações da casa atrasadas?	Não, nunca teve.	45,16
	Não tem no momento, mas já teve no passado.	34,84
	Sim, está com prestações em atraso.	20,00

Se você já teve ou tem prestações do PMCMV em atraso, qual foi (é) o motivo principal?	Usou o dinheiro em despesas inesperadas (exemplo: doença, desemprego).	38,37
	Não sobrou dinheiro.	13,95
	Optou por pagar outras contas maiores e mais urgentes.	17,44
	Não se preocupou em pagar, pois acredita que não vai perder a casa se não quitar a prestação.	4,65
	Outro.	25,58

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Verificou-se que a maioria dos entrevistados (54,84%) já teve no passado ou está com prestações da casa atrasadas. O percentual de indivíduos com prestações em atraso no momento da pesquisa foi de 20%, percentual muito parecido com o divulgado pelo Ministério das Cidades em 2015, o qual relatava que a inadimplência na Faixa 1 do PMCMV fechou o primeiro semestre de 2015 em 22%. Ao serem questionados sobre o principal motivo para o não pagamento das prestações, 38,37% dos entrevistados afirmaram que o dinheiro foi utilizado em despesas inesperadas, em função de doença ou desemprego e 25,58% que o motivo foi outro, onde foi destacado o atraso no envio do boleto de pagamento, esquecimento e ainda falecimento de algum familiar. Salienta-se que o agravamento da crise se tornou um fator relevante para o não pagamento das prestações, dado que aumentou o nível de desemprego e diminuiu a renda de muitas famílias brasileiras. Esses resultados vão ao encontro do que é descrito por Linardi (2008) e SILVA *et al.* (2012) como algumas das causas do endividamento e inadimplência: desemprego e inflação.

Quanto ao atraso por acreditar que não irá perder a casa se não quitar a prestação, o qual foi destacado por Cucolo (2015) e a Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (2016) ser um dos motivos pelo alto percentual de inadimplentes na Faixa 1, o percentual foi pequeno (4,65%), demonstrando que esse não é um dos principais motivos pelo atraso no pagamento. A fim de apresentar o perfil dos entrevistados, segundo as variáveis socioeconômicas, levando em consideração o percentual de adimplentes e inadimplentes foi construída a Tabela 2.

Tabela 02- Análise Descritiva do perfil dos entrevistados segundo os adimplentes e inadimplentes

Variável	Valores	Adimplente (%)	Inadimplente (%)
Gênero	Homem	21,43	11,76
	Mulher	78,57	88,24
Idade	Até 31 anos	12,86	37,65
	De 32 a 41 anos	18,57	30,59
	De 42 a 55 anos	28,57	20,00
	Acima de 55 anos	40,00	11,76
Estado Civil	Casado(a)	51,43	51,76
	Solteiro(a)	20,00	31,76
	Viúvo(a)	14,29	2,35
	Separado(a)	14,29	14,12
Possui dependentes	Não	37,14	20,99
	Sim	62,86	79,01
Escolaridade	Nunca estudei.	5,88	1,19
	Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.	36,76	21,43
	Ensino Fundamental de 5ª a 9ª série.	17,65	38,10
	Ensino Médio.	32,35	36,90

	Curso Técnico.	1,47	1,19
	Faculdade (Ensino Superior).	5,88	1,19
Renda	Até R\$980,00	28,57	22,35
	De R\$1.980,01 a R\$1.400,00	20,00	29,41
	De R\$1.400,01 a R\$2.000,00	31,43	28,24
	Acima de R\$2.000,00	20,00	20,00

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Entre os entrevistados adimplentes, verificou-se que 78,57% são mulheres, com 42 anos ou mais (68,57%), casadas (51,43%), que possuem dependentes (62,86%), com escolaridade entre Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série e Ensino Médio (86,76%) e com rendas bem heterogêneas, sendo que 80% possui renda familiar de até R\$ 2.000,00 mensais. Quanto aos inadimplentes, observou-se que a maioria é mulher (88,24%), com até 41 anos (68,24%), casadas (51,76%) ou solteiras (31,76%), que possuem dependentes (79,01%), com escolaridade entre Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série e Ensino Médio (96,43%), sendo a maioria (51,76%) com renda familiar mensal de até R\$ 1.400,00.

De forma geral, os indivíduos mais novos e com menor renda familiar se mostraram mais inadimplentes no PMCMV. Salienta-se que com uma menor renda, têm-se maiores dificuldades para que o dinheiro seja alocado de forma a pagar todas as contas, sendo que muitas vezes é utilizado na alimentação e para saúde e outras despesas acabam sendo adiadas. Atenta-se ainda para o alto percentual de mulheres respondentes (entre os adimplentes, 78,57% e entre os inadimplentes 88,24%) o que ocorre em função de que a Caixa Econômica Federal tem como um dos critérios de priorização e seleção, as famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, além disso, é permitido às mulheres chefes de família firmar contrato de financiamento independente de outorga do cônjuge (CEF, 2015a).

Outro destaque se dá no fato de que o limite máximo de renda para o indivíduo se enquadrar na Faixa 1 é de R\$ 1.600,00, contudo alguns declaram possuir renda acima desse valor, justificando que tiveram aumento de salário desde que ingressaram no PMCMV ou então, devido a muitos realizarem trabalhos informais, sem comprovação, o salário pode ser maior que o declarado para participar do Programa. A fim de verificar a origem da adimplência e inadimplência, em função de práticas de gerenciamento financeiro, é apresentada a Tabela 3.

Tabela 3- Análise descritiva do gerenciamento financeiro dos entrevistados segundo os adimplentes e inadimplentes

Variável	Alternativas	Adimplente (%)	Inadimplente (%)
Você possui dívidas além do Financiamento do PMCMV? (Pode marcar mais de uma alternativa).	Não possui dívidas.	42,86	27,06
	Sim, no supermercado do bairro.	11,43	11,76
	Sim, com lojas de crediário próprio.	45,71	51,76
	Sim, com familiares.	7,14	1,18
	Sim, com algum banco/financeira.	27,14	27,06
	Sim, com amigos.	1,43	0,00
	Sim, com outros.	4,29	3,53
Você possui dívidas em atraso? (Pode marcar mais de uma alternativa).	Não possui dívidas em atraso.	78,57	42,35
	Sim, no supermercado do bairro.	4,29	2,35
	Sim, com lojas de crediário próprio.	11,43	32,94
	Sim, com familiares.	0,00	1,18
	Sim, com algum banco/financeira.	7,14	24,71

	Sim, com amigos.	1,43	0,00
	Sim, com outros.	1,43	5,88
Alguém que mora na sua casa possui cartão de crédito?(Pode marcar mais de uma alternativa).	Não.	44,29	58,82
	Sim, você.	45,71	27,06
	Sim, outra pessoa.	27,14	21,18
	Não sabe.	1,43	0,00
Alguém que mora na sua casa possui carnê de crediário?(Pode marcar mais de uma alternativa).	Não	44,29	49,41
	Sim, você.	47,14	35,29
	Sim, outra pessoa.	17,14	17,14
	Não sabe.	1,43	1,18
Com relação aos seus gastos, você diria que:	Gasta menos do que ganha.	34,29	20,24
	Gasta igual ao que ganha.	41,43	33,33
	Gasta mais do que ganha.	24,29	46,43
Qual a frase MELHOR descreve a situação do dinheiro que a sua família ganha a cada mês?	Geralmente, vocês tem mais do que precisam para pagar todas as contas mensais e podem economizar ou comprar coisas extras.	14,29	9,52
	Pagam todas as contas e de vez em quando sobra um pouco para comprar coisas extras.	31,43	17,86
	Pagam todas as contas e têm o suficiente para gastos esporádicos (ex. presentes de aniversário).	5,71	4,76
	Pagam as despesas mensais, mas não conseguem comprar coisas extras.	38,57	29,76
	Geralmente, não conseguem pagar todas as despesas mensais.	10,00	38,10
Qual das seguintes afirmações MELHOR descreve o quanto você controla seus gastos regulares.	Não costuma controlar seus gastos.	8,57	12,94
	Mantém um pequeno controle sobre seus gastos.	31,43	15,29
	Não mantém escrito, mas controla os gastos.	40,00	38,82
	Utiliza anotações por escrito para manter maior controle sobre os gastos.	20,00	32,94
Você faz algum tipo de poupança? (Pode marcar mais que uma alternativa).	Não, nunca fez.	47,14	58,82
	Não, mas já fez.	18,57	22,35
	Sim, em dinheiro, no banco/caderneta de poupança.	31,43	17,65
	Sim, em estoque/equipamentos do negócio.	0,00	2,35
Você já teve, ou tem, seu nome ligado ao cadastro negativo? (Nome sujo na praça).	Não	34,29	8,24
	Sim, já estive no passado.	41,43	31,76
	Sim, está atualmente.	24,29	60,00
Você já emprestou seu nome para outra pessoa realizar alguma compra?	Não	50,00	41,18
	Sim, já emprestou.	42,86	52,94
	Sim, está emprestando.	7,14	5,88

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Analisando características pertinentes ao gerenciamento financeiro dos indivíduos adimplentes no PMCMV, tem-se que menos da metade não possui dívidas (42,86%) e entre os que possuem, 45,71% afirmaram que devem em lojas de crediário próprio e 27,14% em algum, banco ou financeira. Contudo, a maioria relatou que não possui dívidas em atraso (78,57%). Referente a possuir ou não cartão de crédito e carnê de crediário, 44,29% relatou não possuir nenhum, nem o outro. Com relação aos gastos, 75,72% dos adimplentes gastam menos ou igual ao que ganham e 24,29% gastam mais do que ganham. Tratando-se da situação do dinheiro que a família ganha a cada mês, 90% afirmaram conseguir pagar as despesas mensais, contudo 31,43% salientam que de vez em quando sobra um pouco pra comprar coisas extras e 38,57% que não conseguem comprar coisas extras.

Quanto ao controle dos gastos, 91,43% dos adimplentes afirmam manter pelo menos um pequeno controle sobre os gastos, contudo apenas 20% utilizam anotações por escrito. Referente à poupança, 47,14% relatam nunca terem feito poupança, e 31,43% tem poupança em dinheiro no banco. Quando perguntados se tem ou tiveram seu nome ligado ao cadastro negativo, 34,29% afirmam nunca ter tido o nome “sujo na praça” e 41,43% já teve no passado. Ainda, 50% nunca emprestou o nome para outra pessoa realizar alguma compra e 42,86% estão emprestando.

Consegue-se verificar assim, uma relação entre esses resultados e o que já foi evidenciado na literatura, como ações positivas para um bom gerenciamento financeiro. Foi visto que a maioria dos indivíduos adimplentes não possuem dívidas em atraso e gastam menos ou igual ao que ganham, ratificando o estudo de Campara (2016) que observou que é necessário equidade entre receitas e despesas, tendo as famílias que analisar com precisão quais as suas fontes de renda e quais suas prioridades. Em relação ao controle financeiro, Braido (2014) destaca que este é um grande aliado na busca por uma gestão coerente dos recursos e foi visto que entre os adimplentes, 91,43% afirmam manter pelo menos um pequeno controle sobre os gastos. Quanto ao ato de poupar, destacado por Canova, Rattazzi e Webley (2005) como muito importante no gerenciamento financeiro, a maioria dos adimplentes já fez ou está fazendo poupança.

Traçando o perfil dos inadimplentes no PMCMV, apenas 27,06% não têm outras dívidas além do financiamento da casa e 42,35% não têm dívidas em atraso, sendo que quanto às dívidas em atraso, 32,94% possuem com lojas de crediário próprio e 24,71% com banco ou financeira. A maioria não possui cartão de crédito (58,82%), já, quanto a carnês de crediário, 52,43% afirmou que ele mesmo e/ou outra pessoa moradora da casa possui. Quanto aos gastos, 53,57% dos inadimplentes gasta menos ou igual ao que ganha e 46,43% gasta mais que ganha. Tratando-se da situação do dinheiro que a família ganha a cada mês, 38,10% afirmaram não conseguir pagar todas as despesas mensais e 29,76% pagam as despesas, mas não conseguem comprar coisas extras. Menos de 10% geralmente tem mais do que precisam e conseguem economizar ou comprar coisas extras.

Em relação ao controle dos gastos, 87,05% afirmam manter pelo menos um pequeno controle sobre os gastos, e 32,94% utilizam anotações por escrito. Referente à poupança, 58,82% nunca fez poupança, e 22,35% não está fazendo, mas já fez algum dia. Apenas 8,24% nunca teve seu nome ligado ao cadastro negativo e 60,00% está com o “nome sujo” atualmente. A maioria (58,82%) já emprestou ou está emprestando o nome para outra pessoa realizar alguma compra. Dentre esses resultados, destacam-se alguns fatos, como os inadimplentes possuírem bem mais dívidas e dívidas em atraso que os adimplentes, sendo que a maioria dessas dívidas são com lojas ou banco/financeira. Mostrou-se ainda que um maior percentual de inadimplentes em relação aos adimplentes não possui cartão de crédito e carnê de loja e ainda, o percentual de inadimplentes que gasta mais do que ganha é 22,14% maior do que o de adimplentes e os que não conseguem pagar todas as despesas mensais é 28,10% maior.

Não tem problema ter dívida se você sabe que pode pagar.	3,80	3,74	2,90	9,52	14,49	13,10	0,00	1,19	65,22	46,43	17,39	29,76
Você sabe exatamente quanto deve em lojas, cartão de crédito ou banco.*	3,88	3,52	4,35	16,67	17,39	15,48	4,35	2,38	33,33	29,76	40,58	35,71
É importante saber controlar os gastos da sua casa.*	4,64	4,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,71	29,27	64,29	70,73
Média dimensão 3- Autocontrole	2,41	2,48										
Média Atitude ao Endividamento	2,21	2,50										

* Variável invertida. ** Quanto maior a média das respostas maior a Atitude ao Endividamento.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Salienta-se que ao analisar a média de cada variável, um representa menor propensão ao endividamento, e cinco uma tendência maior de acumular níveis elevados de dívida. Contudo, para as variáveis invertidas analisa-se ao contrário, ou seja, um representa maior propensão ao endividamento e cinco menor propensão. Para análise da média de cada dimensão e média geral, as variáveis invertidas passaram pela reversão da escala para que ficassem com o mesmo processo interpretativo que as demais alternativas, que indica que quanto mais próximo de 5, maior atitude ao endividamento.

A partir disso, verificou-se que a média das variáveis de atitude ao endividamento ficou em torno de 2 e 2,5, mostrando que a amostra não tem uma elevada probabilidade de endividar-se, mas que deve atentar-se para elevados níveis de desembolso que possam comprometer sua vida financeira. Em relação aos inadimplentes, esses obtiveram médias ligeiramente superiores de atitude ao endividamento tanto no geral, como nas questões relacionadas a cada dimensão, o que destaca que os beneficiários inadimplentes possuem maior atitude ao Endividamento que os adimplentes.

Ressalta-se que a maior diferença de atitude ao Endividamento, se deu em relação à média da dimensão Preferência no Tempo (média 2,48 dos inadimplentes e 2,08 dos adimplentes), onde destaca-se as questões “você prefere comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista” (média 2,76 dos inadimplentes e média 2,35 dos adimplentes, sendo que 45,23% dos inadimplentes e 33,34% dos adimplentes concordam ou concordam totalmente) e “você prefere comprar parcelado mesmo que no total saia mais caro” (média 2,48 dos inadimplentes e 1,96 dos adimplentes, sendo que 35,71% dos inadimplentes e 17,39% dos adimplentes concordam ou concordam totalmente). A questão “é melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar” (questão invertida onde quanto mais perto de 1 a média maior a atitude ao endividamento), teve média de 3,76 dos inadimplentes e 4,12 dos adimplentes, sendo que 73,17% dos inadimplentes e 85,51% dos adimplentes concordam ou concordam totalmente.

A segunda maior diferença se refere à média relacionada à dimensão Moral da Sociedade (média 2,48 dos inadimplentes e 2,13 dos adimplentes), onde se destaca a questão “para você é normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas contas” (média 3,06 dos inadimplentes e média 2,29 dos adimplentes, sendo que 51,81% dos

inadimplentes e 28,99% dos adimplentes concordam ou concordam totalmente com a afirmação). Quanto à questão “não é certo gastar mais do que você ganha”, a média e o percentual de concordância foram altos para ambos os grupos (média de 4,64 dos inadimplentes e 4,45 dos adimplentes, sendo que 96,29% dos inadimplentes e 95,54% dos adimplentes concordam ou concordam totalmente com a afirmação), o que demonstra que os indivíduos tem noção de que deve-se sempre procurar a equidade entre receitas e despesas, evitar endividamentos e economizar parte da renda, apesar de muitos vezes não terem essas atitudes.

Quando questionados se “as pessoas ficariam desapontadas contigo se soubessem que você tem dívida”, 36,91% dos inadimplentes e 23,19% dos adimplentes discordam ou discordam totalmente; 41,67% dos inadimplentes e 49,28% dos adimplentes concordam ou concordam totalmente. Além disso, mais de 20% tanto dos inadimplentes, como dos adimplentes foram indiferentes à questão. Assim, a média dos inadimplentes foi de 3,01 e a dos adimplentes 3,46.

As questões relacionadas ao Autocontrole, foram as que tiveram menores diferenças na média entre os inadimplentes e adimplentes. A questão “não tem problema ter dívida se você sabe que pode pagar”, teve média 3,74 para os inadimplentes e 3,80 para os adimplentes e a maioria dos entrevistados concordou ou concordou totalmente com a afirmação (sendo que 76,19% dos inadimplentes e 82,61% dos adimplentes concordam ou concordam totalmente com a afirmação). Quanto ao saber exatamente quanto deve em lojas, cartão de crédito ou banco, 32,15% dos inadimplentes e 21,4% discordaram ou discordaram totalmente; 65,47 dos inadimplentes e 73,91% dos adimplentes concordaram ou concordaram totalmente. A média foi de 3,52 para os inadimplentes e 3,88 para os adimplentes. A última questão referente ao Autocontrole, indagou se é importante saber controlar os gastos da sua casa, a qual 100% das respostas, tanto dos inadimplentes quanto dos adimplentes concordaram ou concordaram totalmente com a afirmação, ficando os inadimplentes com média de 4,71 e os adimplentes com média de 4,64.

De maneira geral, percebe-se que os inadimplentes tendem a ter piores atitudes ao endividamento, principalmente ao acharem que é normal as pessoas ficarem endividadas para pagarem suas contas, comprar parcelado, mesmo que no total saia mais caro e acreditarem menos que é melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar. Esses resultados salientam o que já foi comentado por Frade *et al.* (2008) e Gathergood (2012) que à busca incessante para satisfazer necessidades e desejos, além da facilidade de acesso ao crédito, faz com que os indivíduos acabam gastando além dos seus recursos, fazendo com que se tornem mais propensos ao endividamento e inadimplência. Outros fatores que também foram elencados pela CNC (2015) como causadores de dívidas das famílias brasileiras e foram demonstrados através das respostas dos entrevistados quanto a atitude ao endividamento, ao concordarem que preferem comprar parcelado, foram são o uso do cartão de crédito, cheque especial ou pré-datado, crédito consignado ou crédito pessoal, carnês e financiamento de carro. Assim, as prestações vão se acumulando e acabam ultrapassando a capacidade de pagamento dos indivíduos.

Referente a não ter problema ter dívida se você sabe que pode pagar, para ambos os grupos, a média foi maior que 3,7, demonstrando que os beneficiários não atentam-se para o fato de que podem ocorrer despesas inesperadas, desemprego ou questões que levem a uma diminuição da renda e impossibilidade de pagar as dívidas, evidenciando maior atitude ao endividamento nessa questão. Nesse sentido o Banco Central do Brasil (2014) adverte que as principais causas do endividamento excessivo e inadimplência são a perda de emprego e renda, doença própria e/ou de familiares, morte do responsável pela maior parte da renda familiar, gravidez não programada, separação conjugal; fatos considerados inesperados, demonstrando que os indivíduos devem pensar em situações como essas e se precaver. Ambos os grupos investigados, tem noção de que não é certo gastar mais do que se ganha e que é importante saber controlar os gastos da casa, demonstrando uma boa atitude ao endividamento nessas questões.

Para uma análise preliminar da associação entre as variáveis socioeconômicas e de gerenciamento financeiro com a inadimplência no PMCMV, apresenta-se, na Tabela 5, a distribuição do percentual de frequência da variável inadimplência no PMCMV para cada valor das variáveis explicativas com escala nominal ou ordinal. Além disso, na última coluna dessa tabela, reporta-se a medida de associação qui-quadrado de Pearson (valor p entre colchetes) entre cada par: variável explicativa x adimplência e inadimplência no PMCMV. É importante mencionar que se trata de uma análise bivariada e que, portanto, a medida de associação entre cada par de variáveis não leva em conta as variações nas demais variáveis explicativas.

Tabela 5- Adimplência e inadimplência no PMCMV x variáveis explicativas

Variável	Valores	Adimplente	Inadimplente	Qui2Pearson
		%	%	[Valor p]
Gênero	Homem	60,00	40,00	2,650 [0,104]
	Mulher	42,30	57,76	
Idade	Até 31 anos	22,00	78,00	24,79 [0,000]
	De 32 a 41 anos	33,30	66,70	
	De 42 a 55 anos	54,10	45,90	
	Acima de 55 anos	73,70	26,30	
Estado Civil	Casado(a)	45,00	55,00	9,07 [0,028]
	Solteiro(a)	34,10	65,90	
	Viúvo(a)	83,30	16,70	
	Separado(a)	45,50	54,50	
Possui dependentes	Não	60,50	39,50	4,81 [0,028]
	Sim	40,70	59,30	
Renda	Até R\$980,00	51,30	48,70	2,07 [0,557]
	De R\$1.980,01 a R\$1.400,00	35,90	64,10	
	De R\$1.400,01 a R\$2.000,00	47,80	52,20	
	Acima de R\$2.000,00	45,20	54,80	
Dívidas.	Não possui dívidas.	56,60	43,40	4,26
	Possui dívidas	39,20	60,80	[0,039]
Dívidas em atraso.	Não possui dívidas em atraso.	60,40	39,60	20,77
	Possui dívidas em atraso	23,40	76,60	[0,000]
Possuir cartão de crédito.	Não.	38,30	61,70	3,25
	Sim.	52,70	47,30	[0,071]

Possui carnê de crediário.	Não	42,50	57,50	0,41
	Sim.	47,60	52,40	[0,525]
Gastos.	Gasta menos ou igual ao que ganha.	54,10	45,90	8,09
	Gasta mais que ganha.	30,40	69,60	[0,004]
Situação do dinheiro.	Geralmente, pagam todas as contas mensais.	54,80	45,20	15,94
	Geralmente, não conseguem pagar todas as contas mensais.	17,90	82,10	[0,000]
Controla dos gastos.	Mantém controle sobre seus gastos.	46,40	53,60	0,75
	Não costuma controlar seus gastos.	35,30	64,70	[0,386]
Poupança.	Já fez ou está fazendo.	51,40	48,60	2,11
	Não, nunca fez.	39,80	60,20	[0,147]
Nome ligado ao cadastro negativo.	Não.	77,40	22,60	16,28
	Sim.	37,10	62,90	[0,000]
Empréstimo do nome.	Não.	50,00	50,00	1,21
	Sim.	41,20	58,80	[0,272]

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A partir da medida de associação apresentada, pode-se observar que há uma relação de dependência estatisticamente significativa ao nível de 5% entre a inadimplência no PMCMV e as seguintes variáveis: idade, estado civil, possui dependentes, dívidas, dívidas em atraso, gastos e nome ligado ao cadastro negativo. Entre os indivíduos solteiros, há uma maior proporção de indivíduos inadimplentes no PMCMV (65,9%) do que entre os casados (55%), separados (54,5%) e viúvos (16,7%). Esse resultados corroboram com os resultados de Gathergood (2012) e Vieira, Flores e Campara (2015), os quais observaram que os indivíduos solteiros possuem maior propensão ao endividamento e possuem maiores níveis de sobre-endividamento.

Entre os indivíduos com até 31 anos e de 32 a 41 anos, há uma proporção maior de indivíduos inadimplentes (78% e 66,7%) do que entre os indivíduos de 42 a 55 anos e acima de 55 anos (45,9% e 26,30%), ou seja, a proporção de indivíduos com alto nível de inadimplência no PMCMV decresce com o aumento da idade ratificando estudos anteriores, como os de Ponchio (2006) e Vieira, Flores e Campara (2015) os quais observaram que os indivíduos mais velhos tendem a possuir menores níveis de endividamento. No mesmo sentido, Worthy, Jonkman e Blinn-Pike (2010) destacam que jovens de 18 a 25 anos são mais predispostos a assumir riscos maiores e apresentar menor estabilidade financeira o que pode explicar a maior vulnerabilidade à dívida.

Entre os indivíduos com dependentes, há uma proporção maior com a inadimplência (59,3%) do que entre os indivíduos sem dependentes (39,5%), resultado em linha com estudos de Keese (2012), Silva (2011), Godwin (1990) e Lea, Webley e Walker (1995), os quais evidenciam que as famílias com maior número de filhos e dependentes, principalmente crianças, contraem maiores níveis de endividamento, em decorrência do aumento de gastos com situações imprevisíveis como doenças. Entre os indivíduos que possuem dívidas há uma proporção maior com alto nível de inadimplência (60,8%) do que entre os indivíduos que não possuem dívidas (43,4%). Entre os indivíduos que

possuem dívidas em atraso há uma proporção maior com alto nível de inadimplência (76,6%) do que entre os indivíduos que não possuem dívidas em atraso (39,6%). Esses resultados são consistes com os estudos de Frade *et al.*(2008) e Marques e Frade (2004).

Entre os indivíduos que gastam mais do que ganham há uma proporção maior com alto nível de inadimplência (69,6%) do que entre os indivíduos que gastam menos ou igual ao que ganham (45,9%), em função de que ao possuírem mais despesas do que receitas, conseqüentemente não iram conseguir arcar com o pagamento de todas as dívidas, inclusive a da prestação da casa. Entre os indivíduos que geralmente não conseguem pagar todas as despesas mensais há uma proporção maior com alto nível de inadimplência (82,1%) do que entre os indivíduos que geralmente pagam todas as despesas mensais (45,2%). Entre os indivíduos que tem ou já tiveram o nome ligado ao cadastro negativo, há uma proporção maior com alto nível de inadimplência (62,9%) do que entre os indivíduos que nunca tiveram (22,6%).

Por fim, com o intuito de verificar o grau dessas associações, foi realizado os testes estatísticos *Fi*, *V de Cramer* e Coeficiente de Contigência (Tabela 6), onde para variáveis com mais de duas categorias deve-se analisar o *V de Cramer* e quando tem apenas duas o *Fi*. Para os casos de variáveis com mais de duas categorias e que o *Fi* seja maior que um, usa-se o Coeficiente de Contigência.

Tabela 6- Grau de associação da inadimplência no PMCMV x variáveis explicativas.

Variáveis	<i>Fi</i>		<i>V de Cramer</i>		Coeficiente de Contigência	
	Valor	Sig.	Valor	Sig.	Valor	Sig.
Idade	0,400	0,000	0,400	0,000	0,371	0,000
Estado Civil	0,242	0,028	0,242	0,028	0,235	0,028
Possui dependentes	0,179	0,028	0,179	0,028	0,176	0,028
Dívidas	0,166	0,039	0,166	0,039	0,164	0,039
Dívidas em atraso	0,366	0,000	0,366	0,000	0,344	0,000
Gastos	0,229	0,004	0,229	0,004	0,223	0,004
Situação do dinheiro	0,322	0,000	0,322	0,000	0,306	0,000
Nome ligado ao cadastro negativo	0,324	0,000	0,324	0,000	0,308	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Para as variáveis idade e estado civil, por possuírem mais de duas categorias, analisou-se o *V de Cramer*, o qual mostrou-se significativo ao nível de 5% para ambas, com relação positiva com a inadimplência no PMCMV. Para as variáveis possui dependentes, dívidas, dívidas em atraso, gastos, situação do dinheiro e nome ligado ao cadastro negativo, utilizou-se a estatística *Fi*, dado que possuem apenas duas categorias. Todas elas mostraram-se também significativas ao nível de 5% e com relação positiva com a inadimplência no PMCMV.

As variáveis que apresentaram maior grau de associação, considerada média, foram a idade, onde quanto mais novos os indivíduos, maior a inadimplência no PMCMV (0,400), dívidas em atraso (0,366), nome ligado ao cadastro negativo (0,324), situação do dinheiro, em que geralmente não são pagas todas as despesas mensais (0,322) e estado civil, em que os solteiros são mais propensos a maiores níveis de inadimplência no PMCMV (0,242). Já, as que apresentaram menor grau de associação foram as variáveis possuir dívidas (0,166), possuir dependentes (0,179) e gastos, quando os indivíduos gastam mais do que ganham (0,229).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A moradia é uma necessidade básica de todos os indivíduos e o Programa Minha Casa Minha Vida tem colaborado nessa questão, tornando possível que pessoas com poucas ou nenhuma possibilidade de adquirir a casa própria tenha acesso a esse bem tão importante. Contudo, o problema de inadimplência vem aumentando significativamente na Faixa 1 do Programa, colocando em risco a concretização do sonho da casa própria. Assim, com o intuito de verificar as razões para esse aumento da inadimplência, fazer um retrato dos inadimplentes do PMCMV e analisar o grau de associação entre a inadimplência no PMCMV e variáveis socioeconômicas e de gerenciamento financeiro foi o objetivo desse estudo.

Em uma análise preliminar, verificou-se que o percentual de inadimplência na Faixa 1 divulgado pelo Ministério das Cidades de 22%, é muito parecido com o que foi encontrado na pesquisa, para a cidade de Santa Maria (20%). Quanto aos motivos que levam ao atraso das prestações, destacou-se o uso do dinheiro que seria para o pagamento da prestação em despesas inesperados, devido a problemas com doenças e/ou desemprego e motivos como o atraso do boleto, o qual diversos entrevistados relataram que os mesmos não chegam até a data do vencimento nas suas residências e que eles tem que se deslocar até uma agência da Caixa Econômica Federal para pegá-lo. Em relação ao perfil dos inadimplentes, observou-se que a maioria é mulher, com até 41 anos, casadas ou solteiras, que possuem dependentes, com escolaridade entre Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série e Ensino Médio, sendo a maioria com renda familiar mensal de até R\$ 1.400,00.

Quanto às características de gerenciamento financeiro dos inadimplentes, a maioria possui outras dívidas além do financiamento do PMCMV e dívidas em atraso. Quanto aos gastos, a maioria gasta menos ou igual ao que ganha, contudo muitos gastam mais que do ganham. Referente à poupança, a maior parte dos entrevistados nunca conseguiu fazer, e o percentual de indivíduos que tem o nome ligado ao cadastro negativo mostrou-se bastante expressivo. Percebe-se que os inadimplentes no PMCMV tendem a ter piores atitudes ao endividamento, principalmente ao acharem que é normal as pessoas ficarem endividadas para pagarem suas contas, comprar parcelado, mesmo que no total saia mais caro e acreditarem menos que é melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar.

A partir da medida de associação apresentada, pode-se observar que há uma relação de dependência estatisticamente significativa ao nível de 5% entre a inadimplência no PMCMV e as seguintes variáveis: idade, estado civil, possui dependentes, dívidas, dívidas em atraso, gastos e nome ligado ao cadastro negativo. Em resumo: os indivíduos solteiros, com até 41 anos, que possuem dependentes, com dívidas e com dívidas em atraso, que gastam mais do que ganham, que geralmente não conseguem pagar todas as despesas mensais e que tem ou já tiveram o nome ligado ao cadastro negativo são mais associados a inadimplência no Programa Minha Casa Minha Vida.

Tais conclusões sugerem a urgência e a necessidade de serem desenvolvidas ações efetivas e direcionadas para minimizar o problema de inadimplência no PMCMV, dado que o país passa por uma crise financeira que não permite ao governo ser passível, em função de que até 95% do valor do imóvel é bancado pelo dinheiro público e a escassez de recursos públicos vem afetando fortemente o país, Assim, uma das possíveis medidas a serem tomadas refere-se a conceder crédito a quem realmente prova ter condições de arcar com o compromisso, pois mesmo sendo um programa de cunho social, onde o beneficiário paga apenas o valor de 5% da renda de prestação, ele precisa pagar contas de luz, água, alimentação, em alguns casos condomínio, logo torna-se necessário ter um mínimo de renda para sobreviver e manter os custos da casa. Outra medida possível diz respeito a no momento da seleção do beneficiário e concessão do crédito, serem tomados alguns cuidados, como utilizar informações cadastrais atualizadas, com o preenchimento correto e completo do cadastro, com dados que espelhem a situação econômica e financeira fidedignas do beneficiário.

Do ponto de vista da academia, este trabalho inova ao tentar identificar as variáveis com maior associação com a inadimplência, permitindo identificar pontos importantes que o concessor do financiamento habitacional deve levar em consideração no momento da seleção dos beneficiários. As contribuições deste estudo estão subordinadas a algumas restrições, como a escolha das variáveis e o método. Outras escalas poderiam ser desenvolvidas e testadas como indicadores da inadimplência no PMCMV. Por se basear em uma pesquisa survey e dados em corte transversal, a metodologia empregada impõe limites para o tratamento do problema de endogeneidade. Como principal contribuição da pesquisa destaca-se que este estudo é pioneiro em identificar os motivos da inadimplência no Programa Minha Casa Minha Vida e ao propor variáveis socioeconômicas e de gerenciamento financeiro que influenciam nos elevados níveis de inadimplência no PMCMV. Com isso, entre outras iniciativas, podem-se desenvolver ações para diminuir o percentual de inadimplentes da Faixa 1 do PMCMV, trabalhando sobre o perfil que apresenta maiores deficiências: indivíduos mais novos, solteiros, com dívidas em atraso, nome ligado ao cadastro negativo, que geralmente não conseguem pagar todas as despesas mensais.

Referências

ANDRADE, G. V. M. **Políticas habitacionais brasileiras: uma avaliação do Programa minha casa minha vida em suas duas edições**. 2012. 86 f. Monografia (Engenharia de Produção)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO. **CAIXA estuda ações para diminuir inadimplência no Programa Minha Casa, Minha Vida**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.abc.habitacao.org.br/index.php/caixa-estuda-aco-es-para-diminuir-inadimplencia-no-Programa-minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 22 jan. 2016.
- BRAIDO, G. M. Planejamento financeiro pessoal dos alunos de cursos da área de gestão: estudo em uma instituição de ensino superior do rio grande do sul. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 21, n. 1, p. 37-58, 2014.
- BRANDÃO, F. Inadimplência é maior na baixa renda do Minha Casa, Minha Vida. **Gazeta do Povo**, 08 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/inadimplencia-e-maior-na-baixa-renda-do-minha-casa-minha-vida-9ayv2ssyww2ti6tool7sfp4r2>>. Acesso em 22 jan. 2016.
- BRASIL. Ministério das Cidades/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3298/1/Pesquisa%20de%20satisfa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20benefici%C3%A1rios%20do%20Programa%20Minha%20Casa%20Minha%20Vida.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.
- BRICKER, J.; KENNICKELL, A. B.; MOORE, K. B.; SABELHAUS, J. Changes in U.S. family finances from 2007 to 2010: evidence from the Survey of Consumer Finances. **Federal Reserve Bulletin**, v. 98, n. 2, p. 1-80, 2012.
- BUDESCU, M. I. A; TAYLOR R. D. Order in the home: Family routines moderate the impact of financial hardship. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v.34, n.2, p. 63–72, 2013.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF, 2015a). **Manual do Programa Minha Casa Minha Vida- Entidades Recursos FDS**, 2015. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.
- _____ (CEF, 2015b). **Caixa de Olho na Qualidade Minha Casa Minha Vida**, 2015. Disponível em: <<http://mcmv.caixa.gov.br/minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 28 dez. 2015.
- CAMPARA, J. P. **Beneficiários do Programa Bolsa Família: uma análise sob a óptica comportamental e financeira em municípios gaúchos**. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.
- CANOVA, L. RATTAZZI, A., E WEBLEY, P. The hierarchical structure of saving motive. **Journal of Economic Psychology**, v. 26, n. 1, p. 21-34, 2005.
- CENCI, J. J.; PEREIRA, I.; BARICHELLO, R. Educação financeira, planejamento familiar e orçamento doméstico: um estudo de caso. **Tecnológica**, v. 3, n. 2, p. 89-104, 2015.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) - dezembro 2015**, 2015. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do--13>>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- CUCOLO, E. Cresce calote no Minha Casa, Minha Vida. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1636053-crece-calote-no-minha-casa-minha-vida.shtml>>. Acesso em: 22 jan. 2016.
- CUNHA, S. **Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Parnamirim-RN: uma avaliação de impacto a partir da satisfação dos moradores do residencial Iderval Medeiros**. 2012. 109 f. Monografia (Gestão de Políticas Pública)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- D’AMICO, F. O Programa Minha Casa Minha Vida e a CAIXA. In: COSTA, J. C. et al. **O desenvolvimento econômico brasileiro e a CAIXA: trabalhos premiados**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: CAIXA, 2011. p. 33-54.
- FIELD, A. **Descobrimos a estatística utilizando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FLORES, S. A. M. **Modelagem de equações estruturais aplicada à propensão ao endividamento: uma análise de fatores comportamentais**. 2012. 192 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, 2012.
- FRADE, C. *et al.* **Um perfil dos sobre-endividados em Portugal**. Portugal: entro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia de Coimbra, 2008.
- GATHERGOOD, J. Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness. **Journal of Economic Psychology**, v. 33, n. 3, p. 590–602, 2012.
- GODWIN, D. D. Family Financial Management. **Family Relations**, v. 39, n. 2, p. 221-228, 1990.

- KEESE, M. Who feels constrained by high debt burdens? Subjective vs. objective measures of household debt. **Journal of Economic Psychology**, v. 33, n. 1, p. 125-141, 2012.
- KEESE, M.; SCHMITZ, H. Broke, ill, and obese: The effect of household debt on health. In: **Social Science Research Network**. 2011. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1750216>. Acesso em: 22 dez 2015.
- KRAUSE, C.; BALBIM, R.; LIMA NETO, V. C. Minha Casa, Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional? **Texto para discussão n. 1853**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2693/1/TD_1853.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- LEA, S. E. G.; WEBLEY, P.; WALKER, C. M. Psychological factors in consumer debt: Money management, economic socialization, and credit use. **Journal of economic psychology**, v. 16, n. 4, p. 681-701, 1995.
- LEAL, C. P.; NASCIMENTO, J. A. R. Planejamento Financeiro Pessoal. **Revista de Ciência Gerenciais**, v. 15, n. 22, p. 163-183, 2012.
- LINARDI, F. M. **Avaliação dos determinantes macroeconômicos da inadimplência bancária no Brasil**. 2008. 76 f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- MARQUES, M. M. L. *et al.* **O endividamento dos consumidores**. Coimbra: Almedina, 2000.
- MARQUES, M. M.; FRADE, C. Regular o sobreendividamento. **Gabinete de Política Legislativa e Planejamento do Ministério da Justiça (Ed.), Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas**. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.
- MENDES-DA-SILVA, W.; NAKAMURA, W. T.; MORAES, D. C. Credit card risk behavior on college campuses: evidence from Brazil. **BAR Brazilian Administration Review**, v. 9, p. 351-373, 2012.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS); SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (MDS; SAGI, 2014). Pesquisa sobre os conhecimentos, atitude e práticas das famílias inscritas no cadastro único para Programas sociais. Cadernos de Estudo, n. 16, Brasília: Indago, 2014.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Caixa fecha cerco a inadimplentes do Programa Minha Casa Minha Vida e imóveis serão retomados. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/caixa-fecha-cerco-a-inadimplentes-do-minha-casa-e-imoveis-serao-retomados,1765418>>. Acesso em: 30 mai. 2016.
- MIOTTO, A. P. S. C. **Antecedentes e consequências da gestão das finanças domésticas: uma investigação com consumidores da classe**. 2013. 164 f. Tese (Doutorado em Administração)- Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.
- MOREIRA, V. S.; SILVEIRA, S. F. R. Indicadores de desempenho do Programa Minha Casa, Minha Vida: avaliação com base na satisfação dos beneficiários. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, n. 66, 2015.
- MOURA, A. **Impacto dos Diferentes Níveis de Materialismo na Atitude ao Endividamento e no Nível de Dívida para Financiamento do Consumo nas Famílias de Baixa Renda do Município de São Paulo**. 2005. 176 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas)- Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.
- MOURA, J. M. O Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, n. 3, p. 339-359, 2014.
- MULLER, K. **O. Sociedade de consumo e cultura do endividamento: estudo de caso sobre compradores compulsivos em Porto Alegre, RS**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- NERI, A. L. Envelhecimento e Qualidade de Vida na mulher. In: 2º CONGRESSO PAULISTA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- OLIVATO, H.; SOUZA, P. K. L. Endividamento: Um Estudo Preliminar dos Fatores Contribuintes. **Anais...** do Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano, Lins, SP, Brasil, 2007.
- PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.
- PLAGNOL, A. C. Financial satisfaction over the life course: the influence of assets and liabilities. **Journal of Economic Psychology**, v.32, p. 45-64, 2011.
- PONCHIO, M. C. **The Influence of Materialism on Consumption Indebtedness in the Context of Low Income Consumers From the City of Sao Paulo**. 2006. 175 p. Tese (Doutorado em Administração)- Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

- PORTAL BRASIL. **MCMV 3 amplia subsídios para renda de até R\$ 2,3 mil**, 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/09/mcmv-3-amplia-subsidios-para-renda-ate-r-2-3-mil>>. Acesso em: 17 jan. 2016.
- PORTER, N. M.; GARMAN, E. T. Testing a conceptual model of financial well-being. **Financial Counseling and Planning**, v. 4, p. 135-165, 1993.
- RAMOS, J. S.; NOIA, A. C. A construção de Políticas Públicas em Habitação e o Enfrentamento do Déficit Habitacional no Brasil: uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 33, p. 65-105, 2016.
- RÊGO, W. D. L.; PINZANI, A.. Liberdade, dinheiro e autonomia. O caso da Bolsa Família. **Revista Política & Trabalho**, v. 1, n. 38, 2013.
- RIZEK, C. S.; AMORE, C. S.; CAMARGO, C. M. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o Programa Minha Casa Minha Vida “entidades”. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 531-546, 2014.
- SANTIAGO, I. **Beneficiários inadimplentes há mais de 3 meses terão que devolver imóvel**, 2015. Disponível em: <<http://folhaby.com.br/noticia/Beneficiarios-inadimplentes-ha-mais-de-3-meses-terao-que-devolver-imovel/10266>>. Acesso em: 25 jan. 2016.
- SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, v. 7, n. 1, p. 05-17, 2014.
- SHIMIZU, J. Y. **Projeção de impactos econômicos do Programa Minha Casa, Minha Vida: uma abordagem de equilíbrio geral computável**. 2010. 89 f. Dissertação (Mestrado em Economia)– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- SHOCKEY, S. S. **Low-wealth adults financial literacy, money management behavior and associates factors, including critical thinking**. 2002. 740 f. Thesis, Ohio State University, Utah, 2002.
- SILVA, A. F. *et al.* Finanças pessoais: um estudo sobre a utilização do orçamento pelos alunos graduandos em Ciências Contábeis da FSG. **Anais...Seminário de Iniciação Científica de Ciências Contábeis**, v. 4, n. 2, p. 361-379, 2014.
- SILVA, C.C.; SANTOS, G.A.; BEZERRA, J.F.; SILVA, I.E.M. **Um Estudo Empírico dos Determinantes Macroeconômicos da Inadimplência no Recife**. In: X ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 2012. Disponível em: <<http://200.251.138.109:8001/artigosaprovados/eddc7996-3fce-472c>>. Acesso em: 05 out. 2015.
- SILVA, P. R. **Psicologia do risco de crédito: análise da contribuição de variáveis psicológicas em modelos de credit scoring**. 2011. 244f. Tese (Doutorado em Administração)– Universidade de São Paulo, 2011.
- TOLOTTI, M. **As armadilhas do consumo: acabe com o endividamento**. Elsevier, 2007.
- TRINDADE, L. L.; RIGHI, M. B.; VIEIRA, K. M. De onde vem o endividamento feminino? Construção e validação de um modelo PLS-PM. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 18, n. 3, p. 718-746, 2012.
- VIEIRA, K. M. *et al.* Níveis de Materialismo e Endividamento: Uma Análise de Fatores Socioeconômicos na Mesorregião Central do Estado no Rio Grande Do Sul. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 5, n. 2, 2014.
- VIEIRA, K. M.; FLORES, S. A. M.; CAMPARA, J. P. Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais. **Teoria e Prática em Administração**, v. 4, n. 2, p. 180-205, 2015.
- WANG, L.; LU, W.; MALHOTRA, N. K. Demographics, attitude, personality and credit card features correlate with credit card debt: A view from China. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, n. 1, p. 179-193, 2011.
- WORTHY, S. L.; JONKMAN, J.; BLINN-PIKE, L.. Sensation-seeking, risk-taking, and problematic financial behaviors of college students. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 31, n. 2, p. 161-170, 2010.
- ZERRENNER, S. A. **Estudo sobre as razões para a população de baixa renda**. 2007. 57 f. Dissertação (Mestre em Ciências Administrativas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.